

AGRADECIMENTOS	5
PREFÁCIO DA SEXTA EDIÇÃO	7
PREFÁCIO DA QUINTA EDIÇÃO	9
PREFÁCIO DA QUARTA EDIÇÃO	10
PREFÁCIO DA TERCEIRA EDIÇÃO	11
PREFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO	12
ABREVIATURAS	19
 1. INTRODUÇÃO	
1.1 Delimitação do tema	31
1.2 Metodologia utilizada	32
 2. OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DOS RECURSOS CIVIS	
2.1 Generalidades	34
2.2 Princípio do duplo grau de jurisdição	37
2.3 Princípio da taxatividade	49
2.3.1 Generalidades	49
2.3.2 A enumeração dos recursos no CPC	49
2.3.3 Os recursos existentes fora do sistema do CPC	56
2.3.3.1 Supremo Tribunal Federal: recursos na ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e na ação declaratória de constitucionalidade (ADC)	58
2.3.3.1.1 Recurso de terceiro prejudicado	59
2.3.3.1.2 Indeferimento da petição inicial (LADI 4.º e 15)	60

2.3.3.1.3	Admissão do <i>amicus curiae</i> no processo da ação direta de inconstitucionalidade (ADIn)	67
2.3.3.1.4	Decisões interlocutórias	69
2.3.3.1.5	Decisão final	71
2.3.3.1.6	Recursos no controle incidental da constitucionalidade (prejudicial de inconstitucionalidade)	73
2.3.4	Os sucedâneos dos recursos	75
2.3.4.1	Remessa obrigatória	75
2.3.4.2	Correição parcial	85
2.3.4.3	Pedido de reconsideração	89
2.3.4.4	Arguição de relevância da questão federal no recurso extraordinário	98
2.3.4.5	Ações autônomas de impugnação	106
2.3.4.6	Incidentes no processo	107
2.4	Princípio da singularidade	119
2.5	Princípio da fungibilidade	139
2.5.1	O art. 810 do Código de Processo Civil de 1939	140
2.5.2	Requisitos para a incidência do princípio da fungibilidade no direito vigente	144
2.5.2.1	Dúvida objetiva sobre qual o recurso cabível. Algumas hipóteses	145
2.5.2.2	Inexistência de erro grosseiro	161
2.5.2.3	Irrelevância do prazo do recurso próprio (ou prazo "menor")	167
2.5.2.4	Procedimento da fungibilidade	170
2.5.2.5	Conclusão	171
2.6	Princípio da dialeticidade	176
2.7	Princípio da voluntariedade	179
2.8	Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias	180
2.9	Princípio da complementaridade	181
2.10	Princípio da proibição da <i>reformatio in peius</i>	183
2.11	Princípio da consumação	191

3. ADMISSIBILIDADE, EFEITOS E COISA JULGADA

3.1	Conceito de recurso	198
3.2	Natureza jurídica do recurso	212
3.2.1	Recurso como ação constitutiva autônoma	212
3.2.1.1	A tese de Betti	213
3.2.1.2	A tese de Gilles	215
3.2.2	Recurso como modalidade do direito de ação	218
3.2.2.1	A tese de Rocco	218
3.2.3	O recurso e a ação autônoma de impugnação: características e diferenças	220
3.2.4	Conclusão	232
3.3	Atos processuais sujeitos a recurso	234
3.3.1	Atos do juiz de primeiro grau	239
3.3.2	Atos proferidos nos tribunais	240
3.3.3	Distinção entre <i>error in iudicando</i> e <i>error in procedendo</i>	247
✎ 3.4	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos	252
3.4.1	Os requisitos de admissibilidade dos recursos	273
3.4.1.1	Cabimento do recurso	275
3.4.1.2	Legitimidade para recorrer	308
3.4.1.3	Interesse em recorrer	315
3.4.1.4	Tempestividade	339
3.4.1.5	Regularidade formal	372
3.4.1.6	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do poder de recorrer	395
3.4.1.7	Preparo	425
✎ 3.5	Efeitos dos recursos	428
3.5.1	Efeito devolutivo	428
3.5.1.1	Apelação	433
3.5.1.2	Agravo	434
3.5.1.3	Embargos de declaração	436
3.5.1.4	Embargos infringentes	438
3.5.1.5	Recurso especial	441
3.5.1.6	Recurso ordinário constitucional	444
3.5.1.7	Recurso extraordinário	444
3.5.1.8	Embargos de divergência	445

3.5.2	Efeito suspensivo	445
3.5.2.1	Recursos que têm efeito suspensivo	448
3.5.2.2	Impugnação parcial e efeito suspensivo	453
3.5.2.3	Concessão <i>ex officio</i> do efeito suspensivo	456
3.5.2.4	Medida cautelar na fase recursal	458
3.5.2.5	Sentença que julga ações conexas	459
3.5.2.6	Rejeição liminar dos embargos do devedor	463
3.5.2.7	Sentença e cassação da liminar	465
3.5.2.7.1	Liminar impugnada e sentença irre-corrida	467
3.5.2.8	Mandado de segurança para dar efeito suspen-sivo a recurso que não o tem	468
3.5.2.9	Medida cautelar para sustar os efeitos de deci-são judicial recorrível	472
3.5.2.10	Efeito suspensivo a requerimento da parte	474
3.5.2.11	Sentença que confirma a antecipação da tu-tela	476
3.5.3	Efeito expansivo	477
3.5.4	Efeito translativo	482
3.5.5	Efeito substitutivo	488
3.6	Tutela antecipada no procedimento recursal	489
3.7	Direito intertemporal dos recursos	492
3.7.1	O regime jurídico dos RE e REsp retidos (CPC 542 § 3.º)	495
3.8	A polêmica sobre a relativização (<i>desconsideração</i>) da coisa julgada e o Estado Democrático de Direito	500
3.8.1	Coisa julgada. Conceito	500
3.8.2	Coisa julgada. Finalidade central do processo	501
3.8.3	Coisa julgada. Efeitos	502
3.8.4	Coisa julgada. Efeito substitutivo	503
3.8.5	Coisa julgada. Funções negativa e positiva. Atitudes do juiz	503
3.8.6	Coisa julgada. Requisitos	504
3.8.7	Proibição de rediscussão da lide. Intangibilidade da coisa julgada	504
3.8.8	Relativização (desconsideração) da coisa julgada	505

3.8.9	Coisa julgada material e Estado Democrático de Direito ..	506
3.8.10	Validade e eficácia da sentença. Independência da sua justiça	507
3.8.11	Controle da constitucionalidade da sentença. Coisa julgada inconstitucional	508
3.8.12	Desconsideração da coisa julgada e Estado Democrático de Direito	509
3.8.13	Relativização da coisa julgada e nazismo	509
3.8.14	Segurança jurídica e coisa julgada	510
3.8.15	Segurança jurídica, coisa julgada e justiça da sentença	511
3.8.16	Abrandamento legal (autorizado) da coisa julgada: ação rescisória, revisão criminal e coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	512
3.8.17	Princípio constitucional da proporcionalidade e coisa julgada. Ação rescisória. Exigência de previsão legal expressa e prévia	512
3.8.18	Ação rescisória. Ofensa a literal disposição de lei (CPC 485 V)	513
3.8.19	Coisa julgada inconstitucional e ação rescisória. Controle da constitucionalidade das decisões judiciais	514
3.8.20	Violação da Constituição Federal	515
3.8.21	Embargos do devedor na execução de sentença (CPC 741)	515
3.8.22	Princípio constitucional da proporcionalidade e coisa julgada. Revisão criminal. Exigência de previsão legal expressa e prévia	516
3.8.23	Coisa julgada e investigação de paternidade julgada improcedente	516
3.8.24	Investigação de paternidade, prova e eficácia preclusiva da coisa julgada	517
3.8.25	A coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	518
3.8.26	Coisa julgada e desapropriação. Ação rescisória	518
3.8.27	Desapropriação. Condenação em dinheiro	519
3.8.28	Coisa julgada e desapropriação. Justiça da sentença	520
3.8.29	Coisa julgada e processo fraudulento	520
3.8.30	Desapropriação e conluio	521
3.8.31	Intangibilidade da coisa julgada. Pressuposto processual negativo (CPC 267 V)	521

3.8.32	Responsabilidade da doutrina	522
3.8.33	Conclusão: a) estado do problema <i>de lege lata</i> e b) sugestão <i>de lege ferenda</i>	522
4.	BIBLIOGRAFIA	523
5.	ÍNDICE DA JURISPRUDÊNCIA CITADA	571
6.	ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO CITADA	589
7.	ÍNDICE ONOMÁSTICO	608
8.	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	627